



lução nº 20, de 2015, e com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e considerando que os requisitos constitucionais para aposentadoria foram preenchidos de acordo com a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo SF nº 00200.010846/2016-77, resolve

aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora ROSA MARIA ANDRADE MENDES, Técnico Legislativo/Edificações, Nível II, Padrão M-36, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO

PORTARIAS DE 23 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 350 do Regulamento Administrativo consolidado pela Resolução nº 20, de 2015, e com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e considerando que os requisitos constitucionais para aposentadoria foram preenchidos de acordo com a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo SF nº 00200.000641/2017-64, resolve:

Nº 171 - aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora MARIA CRISTINA PORTELLA DE AZEVEDO, Técnico Legislativo/Processo Legislativo, Nível II, Padrão M36, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas nos artigos 1º e 3º da Resolução SF nº 74, de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 350 do Regulamento Administrativo consolidado pela Resolução nº 20, de 2015, e com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, e considerando que os requisitos constitucionais para aposentadoria foram preenchidos de acordo com a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo SF nº 00200.000541/2017-38, resolve:

Nº 172 - aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor ALEXANDRE CARLOS CAVALCANTI NETO, Analista Legislativo/Administração, Nível III, Padrão S-45, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE GESTÃO DO SENADO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida no Ato do Diretor-Geral nº 821, de 2008, combinado com o disposto no artigo 350 do Regulamento Administrativo consolidado pela Resolução nº 20, de 2015, e com o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2016, considerando que os requisitos constitucionais para aposentadoria foram preenchidos de acordo com a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo SF nº 00200.016914/2016-10, resolve:

Nº 174 - aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora DENISE TERESINHA RESENDE PESSOA, Técnico Legislativo/ Administração, Nível II, Padrão M-36, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, combinado com o art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com a vantagem prevista no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO

Poder Judiciário

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 5, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso VIII do artigo 33 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Declarar vago, desde 15 de dezembro de 2016, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Conselho, ocupado por Wanessa Ohana da Silva, em razão de sua posse em outro cargo público, inacumulável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

PORTARIA Nº 6, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do artigo 33 e no caput do artigo 34, ambos da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Exonerar, a pedido, desde 16 de dezembro de 2016, ROSIMAR MARIA DOS SANTOS FONSECA do cargo efetivo de Analista Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Contabilidade, Classe "A", Padrão 1, do quadro de pessoal deste Conselho.

Min. CÁRMEN LÚCIA

PORTARIA Nº 7, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso VIII do artigo 33 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Declarar vago, desde 19 de dezembro de 2016, o cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Conselho, ocupado por QUINTINO DE MEDEIROS FAUSTINO, em razão de sua posse em outro cargo público, inacumulável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min.CÁRMEN LÚCIA

PORTARIA Nº 8, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e com base no inciso VIII do artigo 33 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Art. 1º Declarar vago, desde 11 de janeiro de 2017, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do quadro de pessoal deste Conselho, ocupado por MARTA VERLI, em razão de sua posse em outro cargo público, inacumulável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA

PORTARIA Nº 63, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

designar MARA NUBIA DELLINGHAUSEN COELHO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para substituir o Coordenador de Tecnologia Eleitoral, Nível CJ-2, da Secretaria de Tecnologia da Informação, nos dias 26 e 27.1.2017.

EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA

PORTARIA Nº 64, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno e no inciso I do art. 2º da Portaria nº 204, de 26.09.2002, resolve:

designar MÁRCIA RAFAELA SOUZA VIERO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Assistente I, Nível FC-1, da Secretaria de Administração.

EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 19, DE 19 DE JANEIRO DE 2017

O VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais estabelecidas no inciso XXXIV do art. 35 do Regimento Interno e tendo em vista o constante do Processo Administrativo TST nº 502.328/2016-6, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ao servidor CARLOS ALBERTO JOSÉ DA SILVA, código 6710, no cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário, Área de Apoio Especializado, Especialidade Digitação, Classe C, Padrão 13, com fundamento no art. 3º, incisos I a III, e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47/2005; no art. 62-A da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45/2001; e no art. 18 da Lei nº 11.416/2006, com redação dada pela Lei nº 12.774/2012, em conformidade com o Acórdão nº 2.076/2005-Plenário do Tribunal de Contas da União.

Min. EMMANOEL PEREIRA

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO Nº 4, DE 12 DE JANEIRO DE 2017

O VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXVIII do art. 10 do Regimento Interno do CSJT, resolve:

Nomear o servidor HUMBERTO MAGALHÃES AYRES, código 38750, Técnico Judiciário, Área Administrativa, cedido do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Gestão e Governança em Tecnologia da Informação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, Nível CJ-2.

Min. EMMANOEL PEREIRA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ATO Nº 72, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0000778-65.2017.4.01.8000, resolve:

Conceder Aposentadoria à servidora REGINA DE CÁSSIA BARBOSA ARAÚJO, Técnica Judiciária, Área Apoio Especializado, Taquigrafia, Nível Intermediário, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, com a vantagem prevista no art. 15, § 1º, da Lei 9.527/97, art. 62-A da Lei 8.112/90 e no art. 193 da Lei 8.112/90 (redação original).

Des. Federal HILTON QUEIROZ

ATO Nº 83, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0015414-55.2016.4.01.8005 , resolve:

Conceder Aposentadoria ao servidor CELSO DA SILVA SANTOS, Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, Nível Superior, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, com as vantagens previstas no art. 15, § 1º, da Lei 9.527/97, art. 62-A da Lei 8.112/90 e art. 16 da Lei 11.416/2006.

Des. Federal HILTON QUEIROZ

ATO Nº 84, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante nos autos do PAe 0001509-61.2017.4.01.8000, resolve:

Conceder Aposentadoria à servidora GISELE METELLO DE MATTOS, Analista Judiciária, Área Judiciária, Nível Superior, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, com a vantagem prevista no art. 15, § 1º, da Lei 9.527/97 e art. 62-A da Lei 8.112/90.

Des. Federal HILTON QUEIROZ

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 18, DE 26 DE JANEIRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a delegação de competência constante da Portaria-GP nº 76, de 02.05.2016, e o teor do Procedimento Administrativo nº 0000429-20.2017.6.07.8100, RESOLVE:

Designar o servidor PEDRO PAULO ARMOND SERRÃO, Analista Judiciário/Área Judiciária do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para substituir, em seus impedimentos legais e eventuais, a função comissionada de Chefe da Seção de Processamento II da Coordenadoria de Registro de Partidos Políticos e Jurisprudência da Secretaria Judiciária, código FC-6, ficando, consequentemente, dispensada a servidora MARIA FLORENTINA DOS ANJOS.

EDVALDO SANTOS GUIMARÃES JÚNIOR

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 28, DE 27 DE JANEIRO DE 2017

O Desembargador Sérgio Luiz Teixeira Gama, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e em face do disposto na Resolução TSE 23.448/2015, resolve:

I) dispensar a servidora LUANA FARIA FERNANDES, servidora efetiva desta Justiça Eleitoral, do exercício da Função de Assistente I (FC - 1) da 18ª ZE, a partir de 23.01.2017.

II) designar PATRICK MACHADO CAMPO DALL'ORTO, ocupante de cargo efetivo da Justiça Eleitoral, para exercer a Função Comissionada de Assistente I (FC-1) da 18ª ZE, a partir da data de publicação deste ato.

SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

PORTARIA Nº 34, DE 25 DE JANEIRO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais que lhe confere art. 19, XI e XXIX, do Regimento Interno deste Tribunal, CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Eletrônico nº 10.201/2016, resolve